



TERMO DE REFERÊNCIA

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMUM, CONSISTENTE NO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE REVESTIMENTO EM PEDRA NATURAL, TIPO MÁRMORE TRAVERTINO NAVONA, ACABAMENTO LEVIGADO E ESTUCADO (FUROS PREENCHIDOS) NAS DEPENDÊNCIAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (MPRJ), COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 75, INCISO II, DA LEI Nº 14.133/2021.



SUMÁRIO

1 DO OBJETO	1
2 DOS FUNDAMENTOS DA CONTRATAÇÃO (JUSTIFICATIVA).....	1
3 DA DESCRIÇÃO E REQUISITOS DO OBJETO	2
4 DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO).....	2
5 DA APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS PROPOSTAS.....	5
6 DOS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS E DE JULGAMENTO	6
7 DA EXECUÇÃO, PRAZOS E LOCAL DE ENTREGA E INTALAÇÃO	6
8 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA	8
9 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (MPRJ)	10
10 DA GARANTIA DO MATERIAL E DO SERVIÇO	11
11 DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, FATURAMENTO E PAGAMENTO	12
12 DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO OBJETO	14
13 DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	16
14 DA MATRIZ DE RISCOS.....	19
15 DOCUMENTOS E DEMAIS ANEXOS	21
16 DA IDENTIFICAÇÃO DOS ELABORADORES.....	22



1 DO OBJETO

O presente Termo de Referência (TR) tem por escopo estabelecer os parâmetros técnicos, os critérios de qualidade e os elementos descritivos necessários para a contratação direta, por dispensa de licitação, de empresa especializada para a prestação de serviço consistente no fornecimento e na respectiva instalação de revestimento em pedra natural, tipo mármore travertino navona, acabamento levigado e estucado (furos preenchidos / resinados). A intervenção destina-se estritamente à sala localizada na Av. General Justo, nº 375, 3º Pavimento - Centro - Rio de Janeiro/RJ, conforme disposições do ANEXO I (Projeto Executivo de Arquitetura), ANEXO II (Especificações Técnicas) e ANEXO III (Planilha Orçamentária).

2 DOS FUNDAMENTOS DA CONTRATAÇÃO (JUSTIFICATIVA)

A presente contratação fundamenta-se no dever da Administração Pública de prover infraestrutura física adequada ao pleno e seguro exercício das atividades institucionais do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. O diagnóstico técnico consubstanciado no projeto executivo de arquitetura apontou a necessidade de instalação de revestimento em pedra natural (mármore) para compor o ambiente, conferindo o acabamento projetado, resistência estrutural contínua ao tráfego de pessoas e facilidade na manutenção e limpeza diária das superfícies.

Devidamente caracterizada a natureza de serviço comum, a contratação processar-se-á sob o rito da **Dispensa de Licitação em razão do valor**, com fulcro no **artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021**. Os valores a serem futuramente apurados deverão observar estritamente o limite legal atualizado fixado pelo **Decreto Federal nº 12.807/2025**. Ademais, em observância ao princípio da eficiência e da racionalidade administrativa, a contratação dispensa a elaboração prévia de Estudo Técnico Preliminar (ETP) e de Matriz de Riscos, amparando-se na



autorização normativa contida no **artigo 1º, § 1º, inciso I, da Portaria Regulamentar SGMP nº 06/2022** do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

3 DA DESCRIÇÃO E REQUISITOS DO OBJETO

As especificações técnicas detalhadas e diretrizes de instalação, encontram-se detalhados no Anexo II que constituem parte indissociável deste instrumento.

4 DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO)

Em estrita observância ao princípio da segurança jurídica e ao comando inserto no artigo 72, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, combinado com o artigo 1º, inciso V, da Portaria Regulamentar SGMP nº 06/2022, a futura contratada, não obstante a natureza direta do certame (dispensa de licitação), deverá comprovar que preenche todos os requisitos de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e qualificação técnica. A comprovação destas condições será realizada, preferencialmente, mediante consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), cabendo à empresa assegurar a validade e a atualização de seus documentos no referido sistema, nos termos do artigo 87 da Lei nº 14.133/2021.

Com o fito de demonstrar a capacidade de exercer direitos e assumir obrigações no âmbito civil e administrativo, a empresa deverá apresentar a documentação comprobatória de sua existência jurídica e de autorização para o exercício da atividade pertinente ao objeto desta contratação, conforme preceitua o artigo 66 da Lei nº 14.133/2021.

Para a salvaguarda do Ministério Público contra eventual responsabilização solidária ou subsidiária, a empresa proponente deverá comprovar sua plena regularidade, conforme as exigências do artigo 68 da Lei nº 14.133/2021, mediante a apresentação dos seguintes documentos ou de suas respectivas certidões negativas (ou positivas com efeito de



negativa):

- Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- Regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal de sua sede;
- Regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando o estrito cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), demonstrando a regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- Declaração expressa de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, atestando a não utilização de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos, e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz.

Considerando tratar-se de serviço que demanda precisão técnica na fixação de revestimento de pedra natural pesada com argamassa colante, a ser instalado tanto em parede de alvenaria existente quanto em parede de gesso acartonado a ser construída, a proponente deverá apresentar documentação restrita à comprovação de sua expertise, com fulcro no artigo 67 da Lei nº 14.133/2021, contemplando:

- Atestado(s) de Capacidade Técnica: Apresentação de 1 (um) ou mais atestados de capacidade técnica, expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem que a empresa executou, de forma satisfatória, serviços de fornecimento e instalação do objeto deste Termo de Referência



ou similar.

A licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar deverá apresentar amostra do material ofertado, correspondente a mármore natural tipo Travertino Navona, com acabamento levigado e estucado, nas dimensões mínimas de 15 cm x 15 cm, com espessura mínima de 2 cm, a fim de possibilitar a verificação de sua compatibilidade com as especificações exigidas neste Termo de Referência.

O horário e a data destinados à realização do procedimento de avaliação da amostra serão previamente divulgados no Portal de Compras Governamentais, mediante comunicado oficial, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis em relação à data designada para a análise.

Os interessados, incluindo os demais fornecedores participantes do certame, que desejarem acompanhar a análise da amostra deverão manifestar interesse por meio do Portal de Compras Governamentais, com antecedência mínima de 1 (um) dia útil da data agendada para a realização do procedimento.

Os interessados deverão encaminhar os dados do representante da empresa com, no mínimo, 2 (duas) horas de antecedência do início da análise, por meio do e-mail sea.dom.gmc@mprj.mp.br, para fins de autorização de entrada no prédio.

A amostra será avaliada quanto à conformidade com as especificações técnicas constantes deste Termo de Referência, especialmente no que se refere ao tipo de material, acabamento, espessura, dimensões mínimas, aparência, padrão visual e demais características pertinentes ao objeto contratado.

Recomenda-se fortemente que as empresas interessadas no certame realizem vistoria técnica prévia no local, mediante agendamento



antecipado, com a Gerência de Manutenção Civil (GMC), através do e-mail: sea.dom.gmc@mprj.mp.br.

Caso o licitante opte por não realizar vistoria técnica no local de execução do objeto, este assume o risco integral de eventuais equívocos na formulação de sua proposta, não podendo alegar desconhecimento das condições locais para eximir-se de obrigações contratuais.

5 DA APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS PROPOSTAS

A apresentação da proposta implica a obrigatoriedade do integral cumprimento das disposições nela contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência e seus anexos.

Na proposta de preço deverá constar:

- Seu prazo de validade (o qual não poderá ser inferior a 60 dias);
- A discriminação detalhada dos materiais ofertados, incluindo, quando aplicável, marca e modelo;
- A quantidade solicitada;
- O valor unitário e total;
- O prazo de entrega;
- A garantia, quando aplicável;
- Dados relacionados à sociedade empresária, como nome fantasia, razão social, CNPJ, nome do representante legal, telefones de contato e e-mail.

Os valores apresentados nos orçamentos e/ou propostas de preço deverão considerar inclusas todas as despesas que possam influir direta ou



indiretamente nos custos, tais como tributos, licenças, análises, transporte, pedágios, estadas, multas, mão de obra para carga/descarga dos materiais, garantia/assistência técnica, dentre outros.

6 DOS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS E DE JULGAMENTO

O julgamento das propostas comerciais será processado adotando-se o critério de menor valor global, ou outro que venha a ser estipulado no instrumento convocatório, dada a natureza da contratação (fornecimento de material atrelado à imediata prestação do serviço de instalação).

Para fins de aceitabilidade técnica e material da proposta classificada em primeiro lugar, a Administração exigirá que o proponente atenda irrestritamente a todos os parâmetros mínimos de qualidade, dimensões, padronização e diretrizes de instalação definidos no Anexo II (Especificações Técnicas Detalhadas e Diretrizes de Instalação) deste Termo de Referência.

7 DA EXECUÇÃO, PRAZOS E LOCAL DE ENTREGA E INSTALAÇÃO

O fornecimento dos materiais e a respectiva prestação dos serviços de instalação ocorrerão nas dependências do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), especificamente na sala localizada no Edifício Bay View, na Av. General Justo, nº 375, 3º Pavimento - Centro - Rio de Janeiro/RJ.

A execução do objeto observará cronograma físico, cujo marco inicial ocorrerá com a emissão e o recebimento da autorização para início dos serviços, expedida pela Gerência de Manutenção Civil (GMC), após a emissão da respectiva Nota de Empenho. O cronograma deverá ser encaminhado no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos. Como etapa preliminar e obrigatória, a empresa vencedora deverá realizar a medição definitiva do local (in loco) somente após a finalização das obras civis e, em seguida, apresentar o projeto executivo detalhado de paginação para aprovação da fiscalização antes de iniciar a fabricação. O prazo máximo



para a execução integral do serviço será de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da referida autorização.

Os serviços de instalação deverão ser executados em dias úteis, no horário de expediente administrativo do MPRJ, salvo ajuste diverso prévio e expresso com a Gerência de Manutenção Civil (GMC) para atuação em horários extraordinários ou finais de semana, a fim de mitigar interferências na rotina institucional.

Por tratar-se de serviço comum atrelado ao fornecimento de bens, a aferição da conformidade do objeto será realizada em duas fases distintas:

- **Recebimento Provisório:** Concluída a instalação, a Contratada notificará formalmente a Administração. O Fiscal Técnico do MPRJ terá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis para realizar a vistoria da obra e lavrar o Termo de Recebimento Provisório, atestando a conclusão física do serviço.
- **Recebimento Definitivo:** Ocorrerá no prazo de até 15 (quinze) dias úteis após o recebimento provisório, período no qual a Fiscalização técnica do MPRJ avaliará qualitativamente o serviço prestado. Serão verificados, entre outros aspectos, a conformidade da instalação com as especificações deste Termo de Referência, o assentamento das peças com perfeito alinhamento, prumo e nível, o tratamento das bordas e o correto visual de junta seca, a continuidade dos veios para garantir a unidade estética do conjunto, a ausência de patologias ou manchas na fixação com argamassa colante branca, a eficácia da impermeabilização incolor e não formadora de película, bem como a garantia do vão mínimo para a correta movimentação e instalação da porta de vidro adjacente.

Nos termos do § 1º do artigo 140 da Lei nº 14.133/2021, o objeto



poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, caso o serviço não obedeça às especificações de acabamento e segurança descritas nos anexos I e II deste Termo de Referência. Verificada qualquer irregularidade, a Contratada será notificada para, às suas exclusivas expensas, providenciar a substituição do material e a refação do serviço no prazo máximo de 10 dias corridos, sob pena de glosa integral do pagamento e aplicação das sanções administrativas cabíveis.

8 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obriga-se a executar o objeto deste Termo de Referência em estrita observância às condições pactuadas, assumindo integral e exclusiva responsabilidade por todos os custos diretos e indiretos, bem como pelos riscos decorrentes da perfeita prestação do serviço.

Nos exatos termos do artigo 121 da Lei nº 14.133/2021, somente a Contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, não transferindo ao Ministério Público qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária por sua inadimplência.

Durante toda a execução do serviço e vigência da garantia, a Contratada deverá manter, de forma ininterrupta, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame, conforme imposição do artigo 92, inciso XVI, da Lei nº 14.133/2021.

A Contratada não poderá invocar, sob qualquer pretexto, a distância geográfica de sua sede, dificuldades logísticas sazonais, ou falhas operacionais de terceiros (como transportadoras) como escusa para o descumprimento de prazos ou obrigações técnicas, visto que tais eventos constituem risco inerente à sua atividade empresarial.

Considerando que a instalação envolve revestimento em pedra natural e sistema de fixação com argamassa colante sobre alvenaria e/ou



gesso acartonado, a Contratada deverá adotar extremo zelo na execução do serviço, realizando, obrigatoriamente, a medição definitiva do local após a finalização das obras civis e a apresentação de projeto executivo detalhado para aprovação da fiscalização antes da fabricação.

Reparação de Danos: Em obediência ao artigo 120 da Lei nº 14.133/2021, a Contratada será civilmente responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução da instalação, incluindo avarias no transporte e manuseio da pedra, não sendo tal responsabilidade excluída ou reduzida pela fiscalização exercida pelo MPRJ.

Refação de Serviços Viciados: Nos termos do artigo 119 da Lei nº 14.133/2021, a Contratada será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas exclusivas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução, patologias de assentamento ou de materiais nela empregados.

Para assegurar a fluidez da execução e a rápida resolução de intercorrências operacionais, a Contratada deverá instituir canal de comunicação ágil e eficiente com a Gerência de Manutenção Civil (GMC).

- Conforme preceitua o artigo 118 da Lei nº 14.133/2021, a Contratada deverá indicar formalmente, por ocasião do recebimento da Ordem de Início, um preposto (representante) aceito pela Administração, com poderes de representação e autonomia para tomar decisões operacionais imediatas relacionadas à logística de entrega, agendamentos, cronograma de instalação e substituição de materiais.
- O preposto deverá manter disponibilidade integral durante o horário comercial por meio de canais eletrônicos (e-mail e telefone), respondendo a qualquer notificação da Fiscalização do



MPRJ no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

A Contratada deverá zelar pela higidez da relação trabalhista com os profissionais que atuarão nas dependências do MPRJ, fornecendo um ambiente de trabalho seguro.

- Equipamentos de Proteção Individual (EPIs): É obrigação da Contratada fornecer e fiscalizar o uso irrestrito de EPIs adequados (luvas, óculos de proteção, máscaras contra pó e calçados de segurança) aos seus funcionários durante o corte, tratamento de bordas, polimento, aplicação de impermeabilizantes e assentamento das placas de mármore, isentando o MPRJ de qualquer responsabilidade por acidentes de trabalho ocorridos em suas dependências.

Por atuar nas dependências de um órgão com atribuições constitucionais de investigação e persecução penal, a equipe da Contratada estará sujeita a rigorosas regras de conduta.

- A Contratada e seus prepostos deverão manter absoluto e irrestrito sigilo sobre quaisquer dados, processos, conversas, rotinas ou informações internas do Ministério Público a que venham a ter acesso, de forma acidental ou direta.
- É terminantemente vedada a captação de imagens (fotografias ou vídeos) dos ambientes internos do MPRJ contendo processos, servidores ou membros, bem como a veiculação de publicidade, cases de sucesso ou postagens em redes sociais acerca da execução deste serviço sem a prévia, expressa e formal autorização da Instituição.

Em obediência ao Plano de Gestão Eco Sustentável (PGE-MPRJ) e às normativas ambientais aplicáveis às contratações públicas:

- A Contratada obriga-se a promover a limpeza diária e ininterrupta



do local da instalação, não podendo acumular entulhos nos corredores ou áreas comuns do órgão. Além disso, a empresa vencedora é responsável pela limpeza completa das superfícies, removendo resíduos de argamassa ou selantes sem danificar o mármore.

9 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (MPRJ)

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro obriga-se a promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do serviço, em estrita observância ao artigo 117 da Lei nº 14.133/2021.

- Para tanto, o MPRJ designará formalmente os agentes públicos responsáveis pela Gestão do Contrato (responsável pela coordenação administrativa e prazos) e pela Fiscalização Técnica (representante da Gerência de Manutenção Civil - GMC).

O MPRJ deverá proporcionar à Contratada todas as condições necessárias à perfeita execução do objeto, o que compreende:

- Garantir o livre acesso da equipe técnica de instalação e dos veículos de carga às dependências das unidades administrativas (Sede, Comarcas ou CRAAI's), desde que observados os protocolos de segurança institucional, a identificação prévia dos operários e os horários de trabalho previamente agendados.
- É dever do MPRJ, por intermédio de sua Fiscalização Técnica, notificar a Contratada, formalmente e por escrito, fixando prazo razoável para a imediata correção, sobre quaisquer imperfeições, falhas de acabamento, descolamentos de placas, ausência de laudos exigidos ou divergências métricas que venham a ser constatadas durante a execução dos serviços ou após a sua entrega.

O MPRJ obriga-se a efetuar o pagamento pelos bens fornecidos e



serviços executados no prazo e nas condições estipuladas neste instrumento convocatório, observando a ordem cronológica de exigibilidade preconizada no artigo 141 da Lei nº 14.133/2021.

O MPRJ deverá prestar tempestivamente todas as informações, dirimir dúvidas e fornecer os esclarecimentos técnicos que venham a ser formalmente solicitados pela Contratada ou por seu Preposto para o adequado cumprimento do objeto.

10 DA GARANTIA DO MATERIAL E DO SERVIÇO

O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade dos materiais fornecidos e pela correta execução dos serviços, permanecendo sua obrigação de reparar quaisquer vícios, defeitos ou incorreções identificados após a entrega, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da legislação civil aplicável.

A CONTRATADA deverá fornecer garantia mínima de 12 (doze) meses para os materiais empregados e para os serviços de instalação executados, contados a partir do recebimento definitivo do objeto.

A garantia deverá abranger, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, a correção de falhas decorrentes dos materiais utilizados ou da execução dos serviços, incluindo, entre outras hipóteses:

- desprendimento parcial ou total das chapas de mármore;
- falhas de fixação ou assentamento;
- fissuras, lascas ou danos decorrentes de instalação inadequada;
- manchas, alteração de tonalidade ou patologias causadas por aplicação inadequada de argamassa, impermeabilizantes ou demais insumos;
- falhas de alinhamento, nivelamento ou acabamento;
- demais vícios relacionados à execução dos serviços ou à qualidade



dos materiais fornecidos.

Identificada qualquer irregularidade durante o período de garantia, a CONTRATADA será formalmente notificada pela Fiscalização do MPRJ e deverá promover, às suas expensas, os reparos ou substituições necessários no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, contados do recebimento da notificação, salvo justificativa aceita pela Administração.

Todos os custos decorrentes das correções necessárias correrão exclusivamente por conta da CONTRATADA, incluindo fornecimento de materiais, substituição de peças, transporte, reinstalação, mão de obra especializada, limpeza e demais providências necessárias à recomposição integral do objeto contratado.

O descumprimento das obrigações de garantia sujeitará a CONTRATADA às sanções administrativas cabíveis, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Na hipótese de substituição de peças ou refazimento dos serviços durante o período de garantia, o prazo correspondente será renovado para os itens substituídos ou refeitos, contado a partir da nova aceitação pela Fiscalização do MPRJ.

11 DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, FATURAMENTO E PAGAMENTO

Em estrita observância ao artigo 63 da Lei nº 4.320/1964 e ao artigo 140 da Lei nº 14.133/2021, o processo de pagamento somente terão início após a efetiva e escorreita execução do serviço.

- A condição para o faturamento é a emissão do Termo de Recebimento Definitivo lavrado pela Fiscalização Técnica da Gerência de Manutenção Civil (GMC), o qual certificará o adimplemento integral da obrigação, atestando o fornecimento quantitativo das pedras de mármore, a conformidade do material, e a perfeição da instalação.



Para o regular processamento financeiro, a Contratada deverá emitir e apresentar a respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), contendo obrigatoriamente, a descrição detalhada dos bens fornecidos e serviços executados.

- A Nota Fiscal deverá ser encaminhada eletronicamente pela Contratada, em dias úteis, impreterivelmente até as 18:00 horas, visando garantir o processamento administrativo dentro do ciclo de liquidação do dia.
- O Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo da proposta comercial vencedora do certame e da respectiva Nota de Empenho. É expressamente vedada a indicação de conta bancária vinculada a CNPJ distinto ou de titularidade de terceiros.

Atestada a regularidade da execução do objeto e a conformidade da documentação fiscal, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) efetuará o pagamento em estrita observância à ordem cronológica de exigibilidade, conforme preceitua o artigo 141 da Lei nº 14.133/2021.

- O prazo para a realização do pagamento será de até 20 (vinte) dias úteis, contados a partir do recebimento e do aceite da Nota Fiscal.

Consoante a regra insculpida no artigo 7º, § 4º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022, a constatação de qualquer inconsistência na execução do objeto, ou a necessidade de saneamento da Nota Fiscal por erro preenchimento da Contratada, acarretará a imediata suspensão da contagem do prazo para pagamento.

- O prazo apenas voltará a fluir após a regularização integral da pendência por parte da Contratada, não sendo devida pelo MPRJ, neste interregno, qualquer atualização monetária, juros de mora ou compensação financeira.



A exigibilidade do pagamento ficará condicionada à comprovação da manutenção das condições de habilitação exigidas na fase de contratação.

12 DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO OBJETO

Em estrito e inafastável cumprimento ao artigo 117 da Lei nº 14.133/2021 e à Resolução GPGJ nº 2.453/2022, a execução deste serviço será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação de resultados por representantes da Administração especialmente designados.

- Ao Fiscal do Contrato caberá a coordenação administrativa, o controle de prazos de entrega e a instrução processual para pagamentos. (representante da Gerência de Manutenção Civil - GMC) o acompanhamento físico in loco da obra, a aferição da qualidade dos materiais e a aprovação dos métodos construtivos empregados pela Contratada.

Considerando a natureza técnica e estética da intervenção arquitetônica, o Fiscal Técnico exercerá controle sobre a execução, competindo-lhe avaliar:

- Inspeção do Material: A conformidade das pedras de mármore entregues, verificando se correspondem à amostra aprovada na fase documental, atestando in loco se são de primeira qualidade, isentas de defeitos, fissuras, manchas ou variações excessivas de textura, e se possuem a espessura nominal de 2,0 cm exigida.
- Inspeção da Instalação: A perfeita aderência ao substrato por meio de argamassa colante branca compatível com pedra natural. O Fiscal verificará o alinhamento, o prumo e o nível, a correta conformação do assentamento com visual de junta seca, e se as peças foram extraídas de uma mesma chapa/bloco para garantir a continuidade dos veios e a unidade estética.



- Inspeção de Acabamentos e Tratamentos: O correto tratamento e polimento de todas as bordas (aparentes e das juntas secas), e a verificação da aplicação prévia de impermeabilizante hidrofugante/oleofugante incolor em todas as faces da pedra antes da instalação.

A presença da Fiscalização do MPRJ não atenua, não exclui e não transfere a responsabilidade civil e técnica da Contratada por vícios de execução (consoante o artigo 120 da Lei nº 14.133/2021).

- O Fiscal Técnico é dotado do poder-dever de rejeitar, no todo ou em parte, a execução do serviço que se revelar em desacordo com as especificações dos anexos I e II deste Termo de Referência.
- Constatada a iminência de dano ao patrimônio público, risco à segurança, ou aplicação de material fora do padrão estético aprovado, o Fiscal determinará a imediata paralisação da execução, notificando o Preposto da Contratada para promover a substituição das chapas de mármore ou a correção das falhas operacionais, sob inteira expensa da empresa infratora, fixando prazo razoável para o saneamento.

Por tratar-se de serviço de adequação de bem imóvel com alocação de mão de obra terceirizada especializada nas dependências do órgão, o Fiscal Técnico exercerá função correccional preventiva sobre as normas de Segurança e Saúde no Trabalho (SST):

- Fica a Fiscalização autorizada a exigir, a qualquer momento, que os colaboradores da Contratada comprovem o uso adequado de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), indispensáveis para o manuseio, corte, assentamento e polimento de pedras naturais pesadas.



13 DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada ensejará a apuração de responsabilidade administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

A aplicação das sanções observará os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, motivação e vinculação ao instrumento convocatório, devendo guardar correspondência com a natureza da infração, o impacto na execução contratual e os prejuízos causados à Administração.

Sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis nos termos da lei civil, a contratada ficará sujeita às seguintes sanções administrativas:

- Advertência;
- Multa;
- Impedimento de licitar e contratar;
- Declaração de inidoneidade para licitar e contratar.

Considerar-se-á:

- **Inexecução parcial do contrato** a prestação do serviço em desacordo com as condições estabelecidas, incluindo o atraso superior a 10 (dez) dias corridos em relação ao prazo contratualmente fixado para sua conclusão, bem como a execução incompleta do serviço contratado.
- **inexecução total**, o atraso superior a 15 (quinze) dias corridos, a recusa injustificada em fornecer o serviço ou qualquer conduta que inviabilize definitivamente a execução contratual.

As sanções poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, conforme a gravidade da infração, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.



13.1. Da Dosimetria e Hipóteses das Sanções

Infração	Classificação	Sanção Aplicável
Atraso injustificado entre 1 e 9 dias corridos.	Média	Multa moratória de 1% ao dia sobre o valor do contrato.
Atraso superior a 10 dias corridos e execução incompleta do serviço contratado.	Grave	Caracterização de inexecução parcial, com multa de até 10% sobre o valor do contrato.
Atraso superior a 15 dias corridos e recusa injustificada em fornecer o serviço ou qualquer conduta que inviabilize definitivamente a execução contratual.	Gravíssima	Caracterização de inexecução total, com multa entre 20% e 30% sobre o valor do contrato.
Não apresentar cronograma de execução do serviço no prazo de 5 (cinco) dias corridos.	Leve	Multa de até 0,5 ao dia de atraso sobre o valor do contrato.
Fornecimento e instalação do material em desconformidade com as especificações técnicas.	Grave	Caracterização de inexecução parcial, com multa de até 10% sobre o valor do contrato, salvo seja realizado a substituição até prazo estipulado.
Deixar de fornecer e fiscalizar o uso EPIS em seus funcionários durante a execução do serviço.	Média	Multa de até 1% sobre o valor do contrato.
Deixar de promover a limpeza do local da instalação.	Leve	Multa de até 0,5% sobre o valor do contrato.
Não manutenção das condições de habilitação durante a execução contratual.	Grave	Multa de até 10% sobre o valor do contrato, sem prejuízo das demais medidas administrativas cabíveis.
Descumprimento das obrigações de comunicação com a Administração.	Leve	Multa de até 0,5% sobre o valor do contrato.
Captação ou divulgação não autorizada de imagens,	Grave	Multa de até 10% sobre o valor do contrato, sem



Infração	Classificação	Sanção Aplicável
informações ou ambientes institucionais.		prejuízo das medidas administrativas e legais cabíveis.
Condutas não previstas nos itens desta tabela, mas que reflitam descumprimento contratual.	Leve a Gravíssima	Multa de 2% a 20% do valor do contrato, por ocorrência.

As multas moratórias poderão ser aplicadas até o limite de 9 (nove) dias corridos de atraso. Ultrapassado esse prazo, a Administração poderá caracterizar a inexecução parcial ou total do objeto, conforme o caso.

As penalidades previstas neste Termo de Referência não excluem a obrigação da contratada de reparar integralmente os danos causados à Administração, nem impedem a aplicação das demais sanções previstas na legislação vigente.

A aplicação das sanções observará os riscos identificados na matriz de gerenciamento de riscos da contratação, especialmente aqueles relacionados ao atraso na entrega, integridade dos materiais, falhas logísticas, desconformidade técnica e descumprimento das obrigações operacionais e administrativas.

O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas, poderá ser extinto unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados no art. 137, incisos I a IX, da Lei nº 14.133/2021.

Cabe destacar que toda e qualquer conduta da CONTRATADA, por ação ou omissão, que caracterize descumprimento de obrigação contratual ou legal, ainda que não prevista expressamente no rol de obrigações e sanções do presente Termo de Referência, será devidamente apurada pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, estando a sociedade empresária sujeita às penalidades administrativas, civis ou penais pertinentes.



Todas as penalidades deverão ser devidamente motivadas e registradas no respectivo processo administrativo.

14 DA MATRIZ DE RISCOS

Em estrita observância aos princípios da eficiência, da racionalidade administrativa e da celeridade processual que regem as contratações diretas, o presente Termo de Referência dispensa a elaboração de documento autônomo e formal de Análise e Matriz de Riscos. Tal dispensa encontra amparo legal incontestado no § 1º, inciso I, do artigo 1º da Portaria Regulamentar SGMP nº 06/2022, a qual estabelece expressamente que fica dispensada a elaboração do referido documento nos casos em que a contratação for fundamentada no artigo 75 da Lei nº 14.133/2021. Ademais, a própria Lei nº 14.133/2021, em seu artigo 22, caput, faculta à Administração a inclusão da matriz, tornando-a obrigatória apenas para obras de grande vulto ou regimes integrados (§ 3º do art. 22).

Não obstante a dispensa do documento formal, a presente contratação estabelece, de forma subsidiária e inerente às cláusulas deste Termo de Referência, a repartição objetiva de riscos ordinários entre o Ministério Público e a CONTRATADA, visando garantir a segurança jurídica, a inafastabilidade das responsabilidades e o equilíbrio econômico-financeiro da prestação do serviço.

Riscos Ordinários sob Responsabilidade Exclusiva da CONTRATADA:

A empresa contratada assume integralmente os riscos de natureza operacional, comercial e logística decorrentes de sua atividade, notadamente:

- **Variações Cambiais e de Insumos:** Oscilações ordinárias de preços no mercado de insumos, matérias-primas (como o bloco de mármore e a argamassa colante), salvo na ocorrência de fatos imprevisíveis de consequências incalculáveis;



- **Falhas de Instalação e Danos ao Patrimônio:** Custos extras decorrentes da necessidade de refação de serviços rejeitados pela Fiscalização (tais como desprendimento das placas, manchas ocasionadas por uso de argamassa inadequada ou quebra da continuidade dos veios), bem como a reparação civil por eventuais danos causados à porta de vidro, às esquadrias, à pintura, ao piso ou à estrutura preexistente nas dependências do MPRJ durante o transporte, corte, polimento e assentamento das peças pesadas;
- **Passivo Trabalhista e Segurança do Trabalho:** Demandas judiciais oriundas de acidentes de trabalho com seus instaladores por ausência de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados para o manuseio e corte de pedras, ou pelo inadimplemento de encargos sociais e previdenciários.

Riscos sob Responsabilidade do CONTRATANTE (MPRJ):

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro responde, no limite de suas obrigações legais, pelos riscos associados a:

- **Dificuldades de Acesso e Condição Suspensiva:** Impedimento injustificado de entrada da equipe da contratada nas unidades prediais em horários previamente agendados;
- **Atrasos de Pagamento:** Incidência de atualização monetária em caso de atrasos de liquidação e pagamento imotivados que superem os prazos estipulados neste TR, desde que a contratada mantenha sua plena regularidade fiscal.

A ocorrência de evento previsto nos subitens anteriores como sendo de responsabilidade de uma das partes não autoriza o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro pela outra parte. Eventos extraordinários, extracontratuais, fatos do príncipe ou de força maior que inviabilizem a execução do serviço tal como pactuado serão analisados de



forma restritiva, sob o prisma do artigo 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133/2021.

15 DOCUMENTOS E DEMAIS ANEXOS

Os documentos listados neste capítulo constituem anexos físicos e lógicos indissociáveis do presente Termo de Referência, possuindo idêntico valor jurídico, técnico e normativo. A futura Contratada, bem como as empresas participantes da fase preparatória de pesquisa de preços, obrigam-se a observar irrestritamente as diretrizes, plantas, especificações e quantitativos neles contidos, sob pena de desclassificação da proposta ou inexecução contratual. Integram este Termo de Referência os seguintes anexos:

- **ANEXO I – Projeto Executivo de Arquitetura:**
- **ANEXO II – Especificações Técnicas Detalhadas e Diretrizes de Instalação**
- **ANEXO III – Planilha Orçamentária**



16 DA IDENTIFICAÇÃO DOS ELABORADORES

EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Setor	Responsável/Cargo	Assinatura
GMC	Carlos Alberto Maciel Santos (Gerente de Manutenção Civil)	Carlos Alberto Maciel Santos Assinado de forma digital por Carlos Alberto Maciel Santos Dados: 2026.05.22 12:25:35 -03'00'
GMC	Patrícia Franklin Figueiredo De Sousa Brito (Ocupante Exclusivo de Cargo em Comissão)	Patrícia Franklin Figueiredo de Sousa Brito Assinado de forma digital por Patrícia Franklin Figueiredo de Sousa Brito Dados: 2026.05.22 10:53:13 -03'00'
GMC	Mario da Silva Pereira (Encarregado Administrativo)	Mario da Silva Pereira Assinado de forma digital por Mario da Silva Pereira Dados: 2026.05.22 10:19:56 -03'00'
GMC	Andressa da Silva Ferreira (Assistente Administrativo)	Andressa da Silva Ferreira Assinado de forma digital por Andressa da Silva Ferreira Dados: 2026.05.22 10:28:10 -03'00'

ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO

Setor	Responsável/Cargo	Assinatura
GMC	Mylena dos Santos Moreira (Assistente Administrativo)	Mylena dos Santos Moreira Assinado de forma digital por Mylena dos Santos Moreira Dados: 2026.05.22 10:26:53 -03'00'

AUTORIZAÇÃO PARA SEGUIMENTO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Responsável / Cargo	Assinatura
Maurício Faria Barbosa (Diretor de Operação e Manutenção)	Maurício Faria Barbosa Assinado de forma digital por Maurício Faria Barbosa Dados: 2026.05.22 13:39:38 -03'00'